



Um balanço da operacionalização do PRONAF em Marabá e suas implicações em um Assentamento Rural entre 2013 e 2019

Evandro Carlos Costa Neves¹

Heribert Schmitz²

RESUMO: O artigo analisou como a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se configurou em Marabá, Sudeste do Pará, no septênio 2013-2019 e quais foram suas implicações no Assentamento 26 de Março, localizado nesse município. As questões que nos auxiliaram foram: qual foi o comportamento do Pronaf em Marabá no período analisado? Quais foram suas implicações no Assentamento 26 de Março? Metodologicamente, realizamos levantamento bibliográfico-documental e pesquisas de campo nos anos de 2017 e 2018, com o uso de entrevistas não diretivas e observação participante. Analisamos os dados a partir das abordagens quantitativa e qualitativa. Os resultados permitem afirmar que: (i) o comportamento do Pronaf no município de Marabá foi associado à pecuária bovina entre 2013 e 2019; (ii) e sua operacionalização não contemplou a diversidade dos sistemas produtivos agroecológicos do seu público no Assentamento 26 de Março. No geral, identificamos uma natureza contingente do programa e afirmamos que sua orientação enviesada não fortaleceu seu público. Em razão disso, apontamos algumas possibilidades para operacionalizações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: PRONAF; Marabá; Assentamento 26 de Março; Agroecologia..

A REVIEW OF OPERATIONALIZATION OF RURAL CREDIT IN MARABÁ AND ITS IMPLICATIONS IN AN AGRARIAN REFORM SETTLEMENT

ABSTRACT: This article analyzed how the operationalization of the National Program for the Strengthening of Family Farm (PRONAF, in Portuguese) was configured in Marabá between 2013 and 2019 and what were its implications in the 26 of March Settlement (Assentamento 26 de Março, in Portuguese), located in Marabá municipality, Southeast of Pará. The following question guided us: what was the Pronaf's demeanor in Marabá in the context analyzed? What were its implications in the 26 of March Settlement? To answer them, we have used the following methodological procedures: bibliographic-documental survey, field research in which we have realized interviews and participant observation in 2017 and 2018, and quantitative and qualitative approach. We found that: (i) Pronaf's demeanor is associated with cattle raising Marabá municipality; (ii) and the operationalization of the federal program did not include the diversity of the agroecological production systems of its public in the 26 of March Settlement. In general, we claim that the skewed demeanor of the Pronaf does not strengthen its public. Finally, we show some limits and possibilities for the following years.

KEYWORDS: PRONAF; Marabá; Assentamento 26 de Março; Agroecology.

¹ Geógrafo, doutorando do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: evandronevez@live.com

² Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará, Belém, PA, bolsista produtividade CNPq; E-mail: heri@zedo.fu-berlin.de.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um dos programas federais mais marcantes na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro dos últimos 25 anos. Sua criação marcou uma mudança institucional de abrangência nacional que promoveu o reconhecimento dos agricultores familiares, especialmente em termos de recursos financeiros (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021), e confirmou uma transição em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Para alcançar o fim de oferecer crédito agrícola e garantir apoio institucional à agricultura familiar (GRISA, 2017), o PRONAF vem se diversificando para atender as demandas de seu público e atingir maior evolução e aperfeiçoamento. Mudanças institucionais e financeiras como a criação de doze subprogramas, três grupos e duas linhas de crédito³ deram maior capilaridade às diversas modalidades de crédito, tipos de financiamento e reconhecimento da diversidade da agricultura familiar ao longo dos anos.

É inegável o papel relevante que o PRONAF ocupa em termos produtivos, especialmente no que se refere à produção de alimentos básicos (MATTEI, 2014). Consideramos que eleger a agricultura familiar como protagonista de uma política orientada para o desenvolvimento rural é um indicativo de mudanças importante na orientação dada aos agricultores familiares. Entretanto, como qualquer política pública, o comportamento do PRONAF tem suscitado muitas polêmicas – uma delas faz referência à polissemia e multivocidade que têm marcado sua trajetória e fertilizado estudos sobre sua execução (BARONE; FERRANTE, 2017).

Uma avaliação do programa após dez anos de sua criação coordenada por Mattei (2005) concluiu que a busca pelo benefício, respeito e fortalecimento à agricultura familiar preconizada por essa política pública não tem sustentação por duas razões: ênfase na dimensão produtivista e má distribuição dos recursos no território nacional. Estudos com base na dimensão produtivista do PRONAF avaliam que sua execução ao longo do tempo não o qualifica como uma política empenhada apenas em promover o fortalecimento do seu público. Mesmo que o programa tenha sido permeado em sua origem por uma demanda social que emanou sobretudo de movimentos sociais do campo, sua criação foi baseada em experiências que tiveram

³ Os subprogramas são: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf Microcrédito, Pronaf Cotas-partes, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf ECO e Pronaf Produtivo Orientado. Os grupos são: Pronaf A, Pronaf A/C, Pronaf B. as linhas de crédito são: Pronaf Custeio e Pronaf Investimento.

[...] como referência as experiências europeias, principalmente as da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural [...] o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social de desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes (CARNEIRO, 1997, p. 71-72).

A importação do modelo não guardou com segurança as especificidades dos contextos históricos de cada realidade. Ao contrário do que aconteceu na França, onde se realizou um esforço da sociedade com a intenção de se transformar a base social e histórica da agricultura francesa em um setor dinâmico e produtivo, produtor e consumidor na mesma medida (LAMARCHE, 1993), a intenção do PRONAF em selecionar, preferencialmente, o público da “agricultura familiar em transição” (GRISA, 2017, p. 294) – aqueles com melhores condições de respostas ao mercado – revelou uma lógica produtivista sustentada na tecnificação e produtividade (CARNEIRO, 1997).

Em razão desse acúmulo histórico, o PRONAF carrega consigo intenções antigas de qualificar economicamente os agricultores para inseri-los satisfatoriamente no mercado econômico (SABOURIN, 2017), estimulando, dessa maneira, a inserção de um grupo seletivo de agricultores capitalizados. Isso pode ser percebido na concentração dos contratos no Sul do país em comparação os do Norte e Nordeste (AQUINO; SCHNEIDER, 2011; BELIK, 1999; SILVA; GOMES; SANTOS, 2008). Por essa razão, alguns estudiosos associam o programa à “modernização conservadora” (CARNEIRO; PALM; ALVARENGA, 2017, p. 117).

Essas características do programa desnudaram-se com o enxugamento dos recursos nos últimos anos. Sua cobertura alcançou apenas 8% dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros em 2017 (WESZ JUNIOR, 2021, p. 89). Por consequência, sua seletividade e concentração ficaram mais evidentes, especialmente em termos de produtos e produtores, o que consolidou e ampliou o processo de diferenciação social entre os agricultores familiares (TOLEDO; ZONIN, 2021) num contexto de desidratação das políticas públicas para a agricultura familiar (FAVARETO, 2017, p. 8). Além disso, afetou sobretudo as atividades diferenciadas (especialmente aquelas com base na agroecologia) e os produtores menos capitalizados situados nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste (WESZ JUNIOR, 2021).

Em parte, essas características explicam o motivo de a operacionalização do PRONAF sempre ter sido marcada por polêmicas e legitimam o questionamento: “qual o real fortalecimento da agricultura familiar?”, levantado por Gazolla e Schneider (2013). À vista disso, nosso estudo teve como pretensão responder o

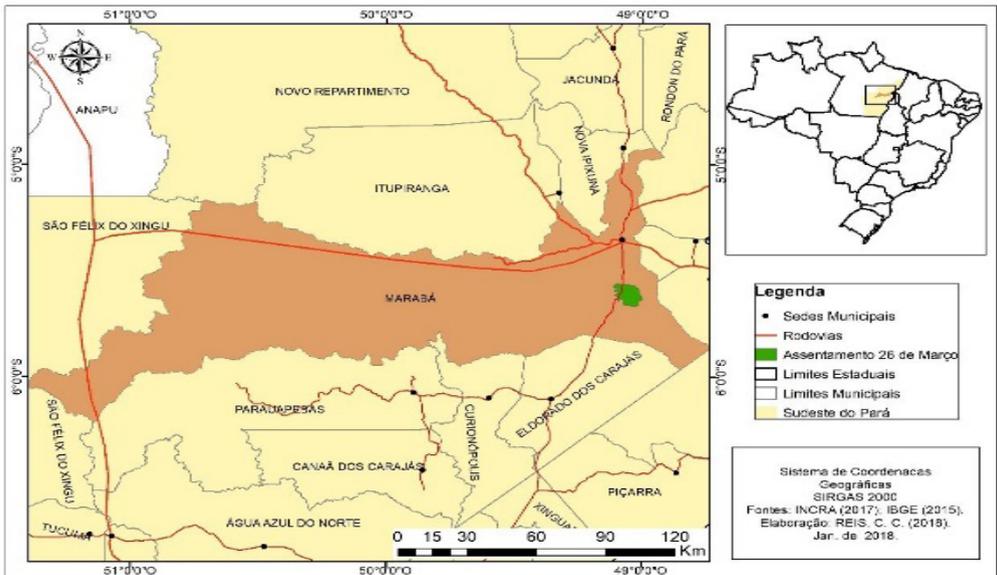
seguinte o problema de pesquisa: como a operacionalização do Pronaf se configurou no município de Marabá, Sudeste do Pará, no septênio 2013-2019 e quais foram suas repercussões no Assentamento 26 de Março?

Além desta introdução e das considerações finais, organizamos o texto em três tópicos. No primeiro, apresentamos os procedimentos metodológicos e a área de estudo. Em ato contínuo, ilustramos a operacionalização do PRONAF no município de Marabá. Finalmente, analisamos as implicações da operacionalização do PRONAF no Assentamento 26 de Março, no qual apontamos limites e possibilidades para operacionalizações futuras.

APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Assentamento 26 de Março está localizado no município de Marabá e corresponde a uma área de aproximadamente 10.000 hectares (EMATER, 2013) distribuídos em 207 lotes cujos tamanhos médios são de 48 hectares cada. Sua criação por meio de portaria oficial aconteceu em 19 de dezembro de 2008, apesar de a primeira ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ter acontecido em 26 de março de 1999.

Figura 1- Localização do Assentamento 26 de Março.



Fonte: IBGE (2015); INCRA (2017).

O histórico do uso da terra produziu um mosaico de paisagens com coberturas vegetais distintas. Por isso, seus sistemas de produção são constituídos atualmente

por atividades produtivas diversas, conforme ilustrado abaixo.

Tabela 1- Coberturas vegetais do Assentamento 26 de Março.

Tipologia	Famílias	Porcentagem
Área de Mata	60	30%
Área de Pasto	105	50%
Área de Capoeira	41	20%
Total	206	100%

Fonte: Emater (2013).

Podemos observar que 50% das famílias estão em lotes com predomínio de pastagens. Nessas áreas, a classificação dos solos evidencia que as classes de aptidão agrícola são boas para a pecuária e impeditivas à agricultura. Essas circunstâncias naturais decorrem da fertilidade baixa do solo e da suscetibilidade à erosão provocadas ao longo do tempo⁴.

Em razão das circunstâncias físicas boas à produção da pecuária extensiva, há um foco à matriz leiteira por parte do setor público e do próprio movimento social que organiza a produção no assentamento (MST). A atividade está presente em pelo menos 75% dos sistemas produtivos familiares e no centro da atenção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), cujas diretrizes tem por objetivo orientar o crédito rural e a assistência técnica de modo a valorizar as peculiaridades produtivas locais.

A bovinocultura de leite é apresentada como alternativa viável haja vista que compreende aspectos ecológicos produtivos e sociais perfeitamente aplicáveis. [...]. Se a atividade for desenvolvida sob as bases agroecológicas, realizando o manejo rotacionado das pastagens, regulando a taxa de lotação adequada, promovendo o sistema silvipastoril diversificado a partir da das espécies de regeneração natural, do roço seletivo, e o enriquecimento com espécies de valor econômico, certamente os impactos ambientais negativos serão evitados ou minimizados (EMATER, 2013, p. 132).

Porém, as orientações locais não se reduzem a essa atividade. Existe um Projeto de Recuperação do Assentamento (PAR) ao longo do PDA que reúne, de modo

⁴ Dados recolhidos de estudos técnicos elaborados por alunos do curso de agronomia do Campus Rural de Marabá (CAMPUS RURAL DE MARABÁ, 2012) pesquisas científicas (CARLOS; WATRIN, 2013; GAMA, 2016) e do próprio Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (EMATER, 2013).

geral, diretrizes para a agricultura e pecuária em busca da:

[...] melhor organização e desenvolvimento dos sistemas produtivos atuais no sentido de trabalhar a diversificação combinada com a proposta da agroecologia, sustentabilidade econômica e ambiental contribuindo na consolidação das unidades produtivas das famílias, e na reprodução social camponesa (EMATER, 2013, p. 109).

Convém ressaltar ainda outro fator importante além desse documento. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA- Campus Rural de Marabá), localizado no interior do assentamento, promove cursos técnicos (Técnico em Agroecologia e Técnico em Agropecuária, por exemplo) que auxiliam a implementação de sistemas produtivos diversificados e aprofundam o conhecimento dos agricultores sobre a diversificação agrícola.

De modo geral, as características do assentamento conformam cinco tipos de sistemas produtivos entre as famílias assentadas.

Tabela 2 - Grupos dos sistemas de produção no Assentamento 26 de Março.

Grupos	Famílias
1) Prioridade com a pecuária bovina	35%
2) Prioridade com a agricultura	19%
3) Prioriza a diversificação da produção	20%
4) Prioriza a criação de animais de pequeno porte	17%
5) Baixa produção agropecuária	9%

Fonte: Emater (2013). Adaptado.

Com base nesses dados, organizamos as pesquisas de campo do seguinte modo: selecionamos previamente as famílias que seriam entrevistadas de acordo com os grupos de produção mencionados na Figura 3. Selecionamos três grupos (1, 2 e 3)⁵ a partir destes critérios: acesso ao Pronaf; predominância da pecuária no sistema produtivo; prioridade aos sistemas diversificados; prioridade na agricultura. O grupo 1 prioriza a pecuária bovina, possui pelo menos 15 bovinos, menos de 1,0 hectare de produção agrícola e é representado por aproximadamente 35% do número total de famílias. O grupo 2 prioriza a agricultura, pelo menos 1,2 hectares são destinados a essa atividade, apresenta a criação de gado bovino e constitui 19% do universo familiar do assentamento. O grupo 3 privilegia a diversificação da produção: possui

⁵ Não trabalhamos com o grupo 4 porque tivemos pouco contato com os seus membros durante as pesquisas de campo. As condições materiais não nos possibilitaram chegar aos seus lotes e entrevistá-los. O mesmo vale para o grupo 5.

bovinos, áreas cultivadas e animais de pequeno porte e soma 20% das famílias.

O objetivo central do artigo é analisar a operacionalização do Pronaf no município de Marabá no septênio 2013-2019 e suas implicações no Assentamento 26 de Março. Para alcançar esse fim, realizamos pesquisas de campo entre 2017 e 2018 com o uso de entrevistas não diretivas e observação participante e levantamento bibliográfico-documental em bibliotecas físicas e digitais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA), da Secretária Estadual do MST, da Casa de Cultura Marabá e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-Marabá).

As informações sobre o comportamento do PRONAF foram obtidas da Matriz de Referência do Crédito Rural, disponível no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil (BCB). O recorte temporal compreendeu o septênio 2013-2019 em razão do início da operacionalização do programa no assentamento (2013) e da disponibilidade dos dados na plataforma digital pesquisada. Os dados referentes ao balanço do PRONAF no Assentamento 26 de Março foram coletados a partir das informações obtidas dos agricultores e de documentos pessoais que servem de organização da produção para algumas famílias.

As entrevistas incluíram 17 famílias de assentados de cada grupo selecionado do assentamento (11 homens e 6 mulheres), 4 lideranças locais do MST vinculados ao setor de produção do assentamento e 2 técnicos da Emater-Marabá. A observação participante incluiu visitas aos lotes dos agricultores entrevistados e participação em reuniões internas organizadas por eles. Por fim, a análise dos dados foi feita por meio de abordagens quantitativas e qualitativas.

Duas questões nos auxiliaram ao longo da elaboração do texto: como o comportamento do Pronaf se configurou em Marabá no septênio 2013-2019? Quais foram suas implicações no Assentamento 26 de Março?

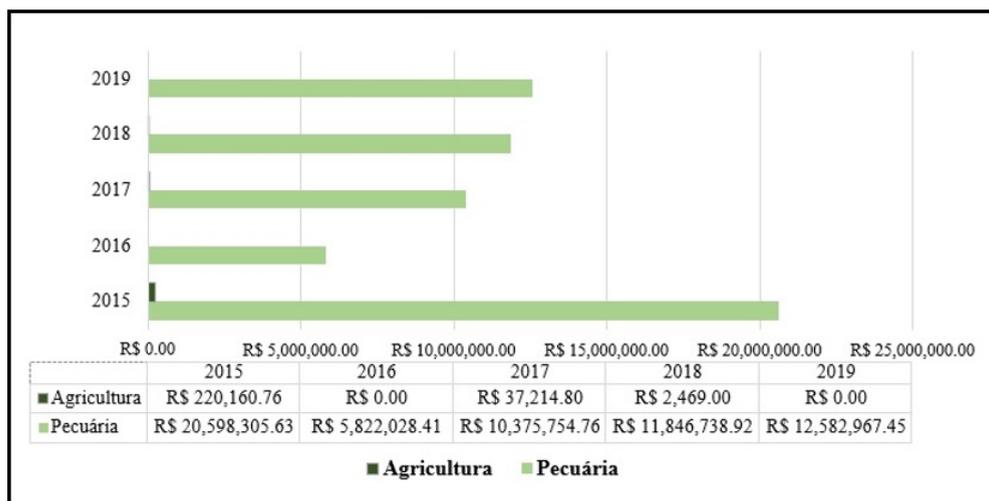
A operacionalização do PRONAF em Marabá

Marabá liderou a quantidade e os valores dos Contratos de Custeio e Investimento do PRONAF por município no Pará entre 2013 e 2019 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). Os valores das duas linhas de crédito do programa nesse período chegaram a R\$ 96.416.300,04, distribuídos da seguinte maneira: R\$ 95.214.858,07 foram direcionados à pecuária e R\$ 1.201.442,38 foram fomentaram a produção agrícola. O balanço deixa claro o lado do pêndulo: aproximadamente 97% do valor total foi concentrado só na pecuária em um período de sete anos.

Essa diferença tem sido mais evidente a partir de 2015. O valor aplicado pelo programa nesse ano foi de R\$ 20.818.466,39 nas duas atividades: à pecuária, o valor de R\$ 20.598.305,63 foi firmado em 1.656 contratos; enquanto o valor de R\$ 220.160,76 foi distribuído para apenas 14 signatários da produção agrícola. Em 2016, o número de contratos decresceu surpreendentemente (aproximadamente

400%) em relação ao ano anterior, pois apenas 350 contratos foram assinados, todos destinados para a pecuária no valor de R\$ 5.822.028,41 (Figura 2).

Figura 2 - Quantidade e os valores dos Contratos de Custeio e Investimento do PRONAF por município no Pará entre 2013 e 2019.

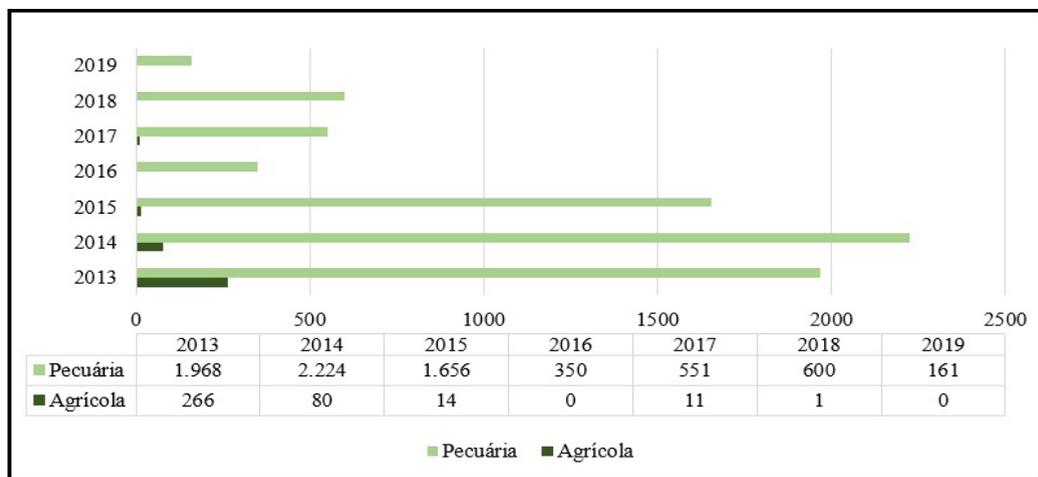


Fonte: Banco Central do Brasil. Dados organizados pelos autores.

Em 2017, 551 contratos foram destinados à pecuária com um valor total de R\$ 10.375.754,76; à agricultura, 11 signatários assinaram contratos cujo valor total foi de R\$ 37.214,80. Em 2018, 600 contratos foram assinados para a pecuária no valor de R\$ 11.846.738,92 enquanto apenas um único contrato no valor de R\$ 2.469,00 foi firmado para a produção agrícola. Já em 2019, 282 contratos foram firmados somente para a pecuária com um valor de R\$ 12.582.967,45 e, novamente, não houve nenhum contrato para a produção agrícola.

Além disso, no que diz respeito ao número de contratos, a pecuária obteve 7.631 signatários; a agricultura, 372.

Figura 3 - Quantidade dos Contratos de Custeio e Investimento do Pronaf por atividade em Marabá.



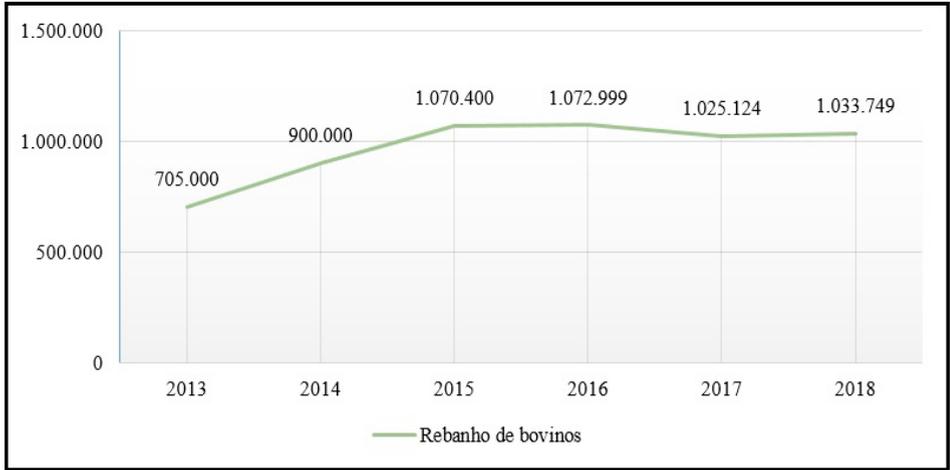
Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Organizado pelos autores.

De acordo com esses dados, podemos notar que, apesar do decréscimo do número de Contratos de Custeio e Investimento nos últimos quatro anos (2016-2019) – se comparados com o triênio 2013-2014-2015 –, a orientação do programa foi circunscrita de modo ainda mais seletivo. 99,9% do valor liberado (R\$ 40.667.173,34) foi destinado para a pecuária; isso equivale 99,3% do número de contratos.

Ao longo dessa seletividade, a preferência à bovinocultura se destacou. Nos sete anos analisados, constatamos que 2.287 Contratos de Investimento foram liberados para a criação de bovinos no valor total de R\$ 54.028.250,86. Quanto aos Contratos de Custeio na mesma atividade, contabilizamos 7 no valor de R\$ 240.501,62. A soma dos valores das duas linhas de crédito só para a criação de bois chegou ao total de R\$ 54.268.752,48.

À base do exposto, argumentamos que quase sempre que o Pronaf foi operacionalizado no município, o efetivo de rebanho bovino aumentou, com exceção do período entre 2016 e 2017. De 705.000 mil em 2013 o número saltou para 1.033.749 em 2018⁶. Em decorrência disso, o município passou da 5ª posição para a 2ª no ranking do número de cabeça de gado no estado, ficando atrás apenas de São Félix do Xingu; no Brasil, o salto foi ainda mais significativo: de 14º em 2013 saltou para 6ª posição em 2018 (IBGE, 2020).

⁶ Em 2018, todos os efetivos animais cresceram no Brasil, menos o rebanho bovino, que diminuiu 0,7% em relação a 2017 após atingir patamar recorde em 2016. No entanto, a Região Norte apresentou aumento de 0,2% em cabeças de gado. Em Marabá, em especial, o efetivo alcançou 1.025.124 cabeças em 2017. Em 2018, o número total de rebanhos foi de 1.033.749, contrastando a lógico decrescente em nível nacional com um percentual de aumento de 0,8% (IBGE, 2020).

Figura 4 - Número de rebanhos bovinos em Marabá entre 2013 e 2019.

Fonte: IBGE (2020). Dados organizados pelos autores.

Essa dinâmica confirma o sucesso que a orientação às políticas públicas e ao crédito rural feita pelo Boletim Agropecuário (FAPESPA, 2017) do estado tem afirmado. A pecuária bovina se tornou atividade importante no setor de exportação do Sudeste do Pará ao longo do tempo e hoje contribui com 54% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário dessa mesorregião.

Esses dados nos permitem fazer alusão à especialização e intensificação da produção agropecuária que se espera para o Brasil atualmente, conforme um estudo elaborado por colaboradores da Embrapa (BOLFE, 2018), segundo o qual o crédito rural tem papel fundamental para conduzir uma mudança de ordem econômica na agropecuária brasileira. Logo, os dados apresentados confirmam que o PRONAF contribui para a diversidade da pauta de exportação do país ao gerar ganhos monetários significativos por meio da pecuária bovina no Sudeste do Pará.

Porém, para contrastar essa perspectiva econômica, veremos que a operacionalização do programa não é tão animadora quando assentados da reforma agrária e seus sistemas de produção são considerados na análise.

AS IMPLICAÇÕES DO PRONAF NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO

Francisco Xavier e Maria da Paz, referências em produção de leite no assentamento, constituem uma família migrante. Mudaram-se do Maranhão para o Pará no final de 1980.

A gente teve muito problema com a terra lá. Na verdade, a gente foi perdendo aos poucos, porque era poucas condições para plantar lá. A gente tinha

poucos recursos e um proprietário de uma fazenda grande lá disse que toda a área onde a gente vivia era dele. Aí veio eu mais meu irmão para cá conseguir terra, né? Entramos no movimento [MST], eu fiquei em Marabá, ele foi para Parauapebas [...] e conseguimos acampar e hoje somos assentados, graças a Deus (Francisco Xavier, entrevista cedida em julho de 2017).

A chegada ao Pará foi motivada pela possibilidade de aquisição de terra para trabalhar e viver. Ambos almejavam praticar a agricultura – atividade que esteve na base das motivações que o levaram a migrar. Isso foi possível quando ambos entraram no MST e participaram da ocupação da fazenda Cabaceiras. Durante o acampamento, eles praticaram a agricultura nas áreas coletivas. Mas a realização desse desejo teve curto prazo.

No final de 2007 – um ano antes da criação do assentamento – houve um sorteio para definir a distribuição dos lotes entre as famílias acampadas. Em 2008, quando o assentamento foi criado, os agricultores foram para os lotes individuais. Francisco Xavier e Maria da Paz foram sorteados com um lote com cobertura vegetal quase exclusivamente de pastagens. Em razão disso, os anos iniciais foram difíceis à manutenção de ambos, habituados à agricultura, porque as condições físicas do lote não forneciam as condições imediatas ao plantio. Sob essa circunstância, a família realizou o “sistema de corte e queima” para conseguir plantar⁷ no início, mas ao longo do tempo se dedicou mais propriamente à pecuária.

A decisão da Francisco Xavier e Maria da Paz em “tocar o gado” resultou tanto das condições físicas do solo já impostas como dos benefícios iniciais da política de reforma agrária. Em 2009, eles receberam o Crédito Instalação e acessaram a Modalidade “Apoio para a aquisição de subsídios à pecuária de matriz leiteira”. Em 2011, acessaram o crédito Fomento para a aquisição de arames e outros subsídios. Um ano depois, acessaram o PRONAF A no valor de R\$ 5.000,00, a partir do qual adquiriram os primeiros bovinos.

A pecuária representa a garantia de alimento à família por meio da obtenção de carne (pecuária de corte), do ganho monetário a partir da venda do leite (e de seus derivados, sobretudo leite e iogurte) e de bezerros e, principalmente, da permanência na terra. Ambos os agricultores compõem o grupo 1 (prioridade com a pecuária bovina) dos sistemas produtivos, entretanto, a agricultura permanece enraizada na prática cotidiana desse núcleo familiar.

⁷ Apesar de essa prática ter permitido a realização da agricultura por meio da queima da vegetação e decomposição de nutrientes no solo, ela não foi exercida nas condições ideais se considerarmos que aproximadamente 36 hectares dos 48 são só de pastagens, aproximadamente 75% da área total do lote. Convém destacar, desse modo, que os lotes do Assentamento 26 de Março quase sempre contrariam o Código Florestal Brasileiro no que se refere à Reserva Legal de vegetação nativa. Existe uma proposta para a organização das áreas de reserva proposta pelo PDA em fase de estudos e implementação.

Uma das possibilidades de investimento à prática agrícola é o PRONAF. Porém, sua operacionalização gera implicações negativas. Deixemos a assentada aduzir o seu argumento:

O crédito rural é muito direcionado aqui [no assentamento]. Quando eu entrei no curso técnico de agropecuária [no IFPA do Campus Rural de Marabá] eu entendi muita coisa. Uma delas foi o fato de o estado [do Pará] incentivar mais a pecuária que a agricultura aqui na região. E a gente sofre isso aqui todo santo dia, porque a gente já produz pouco leite por dia [cerca de 20 litros diários] e vende a um preço muito barato [R\$ 2,00/litro] em Marabá, que às vezes não paga nem a gasolina [da motocicleta]⁸, porque tem dia que a gente nem consegue vender [...]. Então a gente é muito limitado na pecuária aqui, porque a terra não ajuda não [...] não tem a assistência técnica [...]. Por isso a gente não deixa a roça de lado. Mas se a gente pudesse plantar mais nossos produtos, com a mesma ajuda que a gente tem para a pecuária, a gente não ficaria tão limitado. Teríamos outras alternativas. O que a gente mais produz aqui é leite. Faz o queijo, o iogurte. Mas também produzimos a banana, que deu muito ano passado. Se a gente pudesse continuar plantando em grande quantidade, não só a banana, mas outros cultivos também [...] tem o açaí, o cacau, a castanha [...] a gente não teria tantas dificuldades na produção (Maria da Paz, entrevista cedida em julho de 2017).

O enunciado de Maria da Paz revela a seletividade do programa e sinaliza para a limitação que ele proporciona ao seu sistema produtivo. Se considerarmos apenas a venda do leite, os 20 litros produzidos diariamente pela família gerariam uma receita de R\$ 40,00 diariamente – algo aproximado de R\$ 1.200,00 por mês. Entretanto, essa possibilidade quase nunca se realiza porque a produção diária de leite nem sempre é de 20 litros. Mesmo quando os agricultores conseguem produzir essa quantidade, eles não têm a garantia de vender tudo. O fortalecimento da produção agrícola seria uma alternativa à oscilação produtiva e econômica da pecuária de matriz leiteira. Isso supriria as baixas receitas adquiridas pela atividade e ampliaria as possibilidades produtivas da família.

A partir do exposto, podemos compreender que o PRONAF viabiliza à família o acesso ao crédito rural, porém sua orientação é enviesada e parcial. Em certa medida, a pecuária assegura a renda diária e possibilita a produção agrícola familiar,

⁸ Convém ressaltar que a família usa os meios próprios de comercialização, geralmente uma motocicleta, apesar de haver um caminhão coletivo no assentamento para a comercialização dos produtos. Durante as pesquisas de campo, a circulação do veículo era organizada por um assentado que, de certo modo, se apropriava dele e impedia que as famílias pudessem usá-lo para a comercialização dos produtos agrícolas. Entrevistas revelam que o “organizador” usava o veículo para fins próprios.

mas sua oscilação financeira e outras alternativas, como a agricultura, devem ser consideradas. Portanto, o programa não contempla a diversificação produtiva proveniente da experiência dos agricultores.

De modo geral, constatamos que essa realidade se estende às demais famílias que compõem o grupo 1. As entrevistas revelam que, apesar de a pecuária bovina ser a atividade principal entre os agricultores desse grupo, eles almejam fortalecer e/ou implementar práticas agrícolas em seus lotes. Esse objetivo é orientado pelo desejo de diversificar os seus sistemas produtivos de forma a não dependerem apenas da pecuária.

Quando entrevistamos agricultores do grupo 2 (preferência à agricultura), identificamos uma situação ainda mais grave decorrente do comportamento do PRONAF. Edivaldo Silveira nunca assinou um contrato referente ao programa, apesar de possuir a Declaração de Aptidão (DAP) que o torna apto a acessá-lo. O PRONAF nunca liberou um contrato referente à sua prática agrícola, o que gerou certa repulsa por parte do agricultor. Edivaldo pratica exclusivamente a agricultura, ainda que as condições físicas do seu lote sejam favoráveis à pecuária (40 ha dos 48 ha da área total são de pastagens, segundo a estimativa dele). Ele é o assentado que mais produz hortaliças no assentamento. Para ele, o PRONAF:

[...] não ajuda a gente aqui não. A gente tem que começar a plantar para fazer a terra criar nutrientes [...]. Mas fazer isso sem crédito é difícil. O investimento pra pecuária, desse que tá hoje, só tá aumentado o desmatamento dentro do assentamento e piorando a condição da terra. Esse lote aqui já foi só pasto, mas eu plantei mesmo assim. Você pode ver aí [Edivaldo aponta à sua horta], lá atrás tem cacau, castanha, mandioca, feijão. Aí eu pergunto: eu preciso de financiamento para a pecuária ou para a minha horta? Eu sou agricultor, então preciso fortalecer a minha agricultura. Mas do jeito que a política da reforma agrária está isso é difícil (Edivaldo Silveira, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

A preferência do programa à pecuária gera implicações ainda mais incisivas no grupo 2. No caso de Edivaldo, não se trata apenas de o crédito fomentar uma única atividade em detrimento de outra, como no exemplo de Francisco Xavier e Maria da Paz, mas sim da negligência ao fortalecimento da única atividade praticada pelo agricultor. De modo geral, constatamos que essa desatenção se estende às demais famílias que priorizam a agricultura.

Além disso, o viés direcionado do programa não inclui outros aspectos que emergem do assentamento, como o reflorestamento. Identificamos que os assentados do grupo 3 (privilegia a diversidade produtiva) desempenham papel importante

no que se refere à recuperação das áreas degradadas.

Hoje temos uma luta que é tentar converter essas áreas degradadas em áreas boas para a produção agrícola e futuramente em florestas novamente. Temos algumas iniciativas aqui [seu próprio lote], nos lotes de outras famílias [...]. Estamos tentando fazer que essa seja uma iniciativa de todos aqui dentro. Temos muitos obstáculos, desafios, mas vamos construindo com o tempo o nosso projeto. Nós não queremos acabar com a pecuária leiteira, porque sabemos que ela é importante para as famílias, mas se pudermos combinar essa atividade com a agricultura, vamos tentar (Giselda Coelho, entrevista cedido em fevereiro de 2018).

Esses agricultores reservam parte dos lotes para a plantação de frutíferas e leguminosas. Quando suas sementes germinam, eles as compartilham com outros agricultores no assentamento. Suas iniciativas são parte do objetivo – tanto deles como do setor de produção do MST – de ampliar as possibilidades de produção no assentamento, disseminar sementes crioulas e criar condições futuras para a implementação de sistemas agroflorestais⁹. O cultivo de cacau (*Theobroma cacao*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e açaí (*Euterpe oleracea*) se destacam no cultivo de frutíferas; as espécies de feijão-trepa-pau (*Vigna unguiculata*), feijão-trepa-pau-seco (*Vigna unguiculata* L. Walp) e feijão guandu (*Cajanus cajan*) se destacam na produção de leguminosas.

Essas iniciativas apresentam ao PRONAF um campo amplo de possibilidades para que sua operação possa concretizar aquilo que a sua denominação evoca: o fortalecimento da agricultura familiar. Especificamente, o PRONAF Floresta poderia impulsionar não só os sistemas agroflorestais por meio de investimentos, mas também auxiliar na recomposição e manutenção de áreas degradadas. Outrossim, o PRONAF Agroecologia também poderia enriquecer as áreas que já apresentam cobertura vegetal diversificada pelas iniciativas. Entretanto, não constatamos a liberação de nenhum desses subprogramas.

Não podemos aduzir que o viés da operacionalização do PRONAF se deve ao desconhecimento das peculiaridades locais. Antes da liberação do crédito aos assentados, havia um planejamento produtivo no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Esse documento desempenha a função de orientar os sistemas produtivos e sinaliza como as políticas públicas devem assisti-los. De acordo com o coordenador do setor de produção do MST, Antônio Cordeiro, antes mesmo da liberação dos primeiros contratos do PRONAF em 2012,

⁹ Os sistemas agroflorestais no assentamento são caracterizados por formas de uso da terra pelas quais o consórcio de espécies arbóreas (frutíferas e/ou florestais), os cultivos agrícolas e a criação de animais são promovidos (EMATER, 2013).

[...] nós tivemos a preocupação com o crédito rural aqui, mesmo antes dele chegar pra gente. Porque a gente sabia que estava na área de uma antiga fazenda e que Marabá produz muito gado. Então nós juntamos algumas experiências aqui e auxiliamos a elaboração do projeto da Emater [trata-se do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento] para que a gente tivesse um horizonte. Para que a gente pudesse dizer qual o caminho que o crédito rural devia tomar aqui (Antônio Cordeiro, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

Podemos notar que o PDA é um documento cujas diretrizes não resultaram apenas de questões institucionais, pois a preocupação do setor de produção do MST está presente no documento. Membros desse setor trabalharam diretamente com os técnicos da Emater de Marabá nos momentos de criação do plano. Por isso, as orientações possuem tanto origem institucional como legitimidade social entre os agricultores.

Essa colaboração entre instituição política e movimento social considerou que :

[...] os sistemas de produção propostos levam em conta o manejo biológico do solo, como estratégias de minimizar os impactos ambientais negativos. Conforme descrito em todas as atividades produtivas, os assentados, na conjuntura atual, onde tanto as práticas tradicionais do sistema corte e queima, quanto as práticas da agricultura convencional oriundas da Revolução Verde necessitam serem avaliadas e redesenhadas a partir de paradigmas e práticas de bases agroecológicas. Mudanças estas que dependem de um serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental diferenciado, que seja mais estável, duradouro e dialógico e sem rupturas por pelo menos cinco anos consecutivos, com equipes multidisciplinares, onde os profissionais tenham identidade e formação com ênfase em agricultura familiar/campesina e princípios agroecológicos. Nas condições em que vivem os assentados, todo e qualquer sistema de produção necessita de investimentos e ou custeio para serem desenvolvidos. Sozinhos e sem recursos para investir, dificilmente terão condições de desenvolver qualquer sistema produtivo. Nestas circunstâncias os assentados necessitarão de crédito rural da linha do PRONAF (EMATER, 2013, p. 132).

Considerando essas orientações, devemos pontuar que o PRONAF é uma política de desconcentração em nível nacional que implica duas condições importantes: a sua capacidade de adaptação às peculiaridades regionais e o seu reconhecimento da capacidade de gestão territorial por parte dos assentados da reforma agrária. No contexto de Marabá especificamente, o estudo de Oliveira (2008) sinalizou que o

PRONAF deveria ser inserido no município de acordo com as referências regionais. Ao distinguir três referências – a primeira de caráter nacional, a segunda de caráter regional e a terceira baseada na apropriação da política pelos assentados – o autor sugeriu que o programa deveria passar por alterações técnicas de forma a se adaptar à segunda referência. Isso requalificaria:

[...] as normas definidas em âmbito nacional que, na maioria das vezes, não condizem com a realidade regional e/ou estadual [...]. A orientação nacional do crédito, a adaptabilidade do mesmo para a realidade regional e a apropriação do crédito pelos agricultores são as principais referências que propiciam uma mudança expressiva no crédito para as áreas da reforma agrária (OLVEIRA, 2008, p. 20).

Para o autor, a apropriação da política pelos agricultores nos assentamentos rurais só é realizada quando o programa é adaptado em nível regional. Isso ocorre quando os administradores dos recursos públicos estão atentos aos fóruns municipais e aos documentos técnicos dos assentamentos, como o PDA. Entretanto, como temos ilustrado, a instância local ainda não tem sido privilegiada.

Além disso, quando consideramos o PDA do Assentamento 26 de Março, identificamos que o serviço de assistência técnica é uma condição para a implementação dos sistemas produtivos. Mas constatamos outro problema quando analisamos a prestação desse serviço. Ele foi realizado somente em 2015 – sete anos após a criação do assentamento – por uma prestadora de serviço terceirizada, a Empresa de Desenvolvimento de Projetos Agrícolas Ltda. (Proagri). De acordo com as fontes da Emater e do Incra¹⁰, 77% das famílias receberam o serviço. No universo desta pesquisa, 10 dos 17 entrevistados (59%) receberam a assistência técnica, mas cinco deles não estavam satisfeitos.

Um deles é o assentado Valmir Pereira, que compõe o grupo 1 dos sistemas produtivos (privilegia a pecuária). O anúncio da realização do serviço de assistência técnica o animou. A atividade predominante em seu lote é a pecuária bovina, mas seu objetivo sempre foi fortalecer a agricultura, o que poderia acontecer com o apoio dos técnicos da Proagri. Porém, a entrevista com o interlocutor nos permite afirmar que o serviço não foi satisfatório pelas seguintes razões: primeiro, a prestação do serviço não aconteceu conforme as recomendações do PDA, que propõe o estabelecimento de sistemas produtivos diversificados; segundo, os técnicos não eram profissionalmente hábeis para orientar diretrizes ao sistema silvipastoril; terceiro, não houve continuidade no trabalho: a execução do serviço teve apenas uma visita dos técnicos nos lotes e não permitiu um acompanhamento

¹⁰ Informações coletadas em pesquisa de campo.

dos resultados; além disso, o mapeamento feito pela empresa gerou sobreposição de áreas e desentendimento entre agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto analisou como a operacionalização do Pronaf se configurou em Marabá no septênio 2013-2019 e as suas implicações no Assentamento 26 de Março. Apesar de o programa assegurar o acesso do agricultor ao recurso financeiro, sua operacionalização não contempla a diversidade do seu público em alguns casos. No período analisado, aproximadamente 97% (R\$ 95.214.858,07) do valor total das linhas de crédito custeio e investimento foram concentrados só na pecuária. Especificamente, 56,8% (R\$ 54.268.752,48) desse valor foi aplicado só na bovinocultura.

Podemos confirmar essa assertiva a partir dos resultados constatados na análise dos grupos de produção do assentamento. Todos os grupos de produção analisados – o que prioriza a pecuária (1), aquele cuja atenção é orientada à agricultura (2) e o que pretende implementar sistemas diversificados (3) – são prejudicados pelo programa, em maior ou menor grau. O grupo 1 tem a sua principal atividade fortalecida, apesar de as iniciativas agrícolas não serem assistidas pelo programa. Nesse caso, consideramos que as implicações do comportamento do programa se configuram de modo parcial. Diferentemente, no grupo 2, especialmente no caso dos agricultores que não praticam a pecuária, concluímos que o PRONAF se comporta de modo negligente. Inclusive, vimos no exemplo de Edivaldo Silveira que há certa repulsa ao programa. Finalmente, o comportamento do programa não possibilita o fortalecimento das estratégias e dos objetivos locais, como a diversificação produtiva, a recuperação de áreas degradadas e a implementação de sistemas agroflorestais, como constam nas diretrizes do PDA e nas práticas produtivas dos assentados que compõem o grupo 3.

Se as palavras “fortalecimento da agricultura familiar” tivessem a força e eficácia que evocam, o comportamento do programa seria minimamente orientado às estratégias produtivas locais. Entretanto, este estudo revelou que a sua aplicação se dá no sentido oposto da lógica produtiva dos assentados: ao invés da diversificação, prioriza-se a especialização. Por consequência, ela não oferece os caminhos para o alcance dos efeitos desejados porque não alinha o programa às aspirações do seu público. Ao contrário, à medida que ela se realiza, negligencia questões sociais e políticas que emanam do Assentamento 26 de Março.

Para finalizar, consideramos pertinente apontar alguns encaminhamentos para pensarmos sobre o assentamento tanto no presente como no futuro. A pecuária permanece sendo a atividade principal nos sistemas de produção: 35% das famílias

têm prioridade nesse ramo. Porém, há um esforço dos assentados de combiná-la com outras atividades produtivas. Logo, está havendo um movimento em direção à complexificação produtiva desenhada pelos próprios agricultores que pode ser percebido pela valorização às culturas perenes com espécies frutíferas: banana, cacau, cupuaçu, açaí, castanha-do-pará, bem como de hortas desenvolvidas a partir de ações individuais.

Ainda que essas práticas exijam algum tipo de investimento inicial, os agricultores as desenvolvem com recursos próprios e à base do apoio mútuo, à revelia do PRONAF. Além disso, existe um aparato disponibilizado pelo IFPA que auxilia os assentados a alcançarem seus objetivos. Por exemplo, a formação de alguns deles, ou mesmo o contato com estudantes dos cursos da instituição, supre a omissão do programa e promove a disseminação de práticas agrícolas diversificadas. Sem dúvida, essa instituição oferece condições excelentes ao sucesso do assentamento.

Além disso, convém ressaltar o caráter agroecológico da produção proveniente da colaboração entre o movimento social e a Emater, materializado no PDA. A agroecologia implica a multifuncionalidade da agricultura (SARANDÓN; FLORES, 2014). Além de produzir alimentos, os agricultores também contribuem para a recuperação de áreas impactadas historicamente. No assentamento, ela inclui a diversificação dos sistemas produtivos, implementação de sistemas agroflorestais e sistemas integrados de agricultura-pecuária. É um enfoque que questiona o passado, propõe medidas no presente de modo a projetar o futuro.

É necessário que haja a adaptação do PRONAF à referência regional para que essas medidas sejam fortalecidas. Se isso for atendido, ele deverá favorecer a diversidade produtiva e a heterogeneidade das paisagens. Reduzirá os efeitos negativos decorrentes da sua preferência a uma única atividade e poderá fortalecer a associação entre produção agrícola e segurança alimentar de forma a oferecer condições mais propícias aos agricultores. Portanto, recomendamos que o programa seja reorientado para que ele possa realmente fortalecer seu público.

Nós esperamos contribuir com uma análise sobre o comportamento do PRONAF ao advertir para o seu caráter enviesado. Apresentamos alguns limites e algumas possibilidades ao programa de modo a interpretá-lo como uma iniciativa governamental importante aos agricultores. Mas elucidamos a necessidade de sua reorientação imediata às peculiaridades locais.

REFERÊNCIAS

AQUINO Joacir Rufino de, SCHNEIDER, Sérgio. **12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008):** uma reflexão crítica. *Revista de Extensão e*

Estudos Rurais, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 15 out. 2019.

BARONE, Luís Antônio; FERRANTES, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 22-39.

BELIK, Walter. **PRONAF: avaliação da operacionalização do programa**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas – NEA, 1999.

BOLFE, Édson Luis (Coord.) **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Embrapa: DF, 2018. 214p.

CAMPUS RURAL DE MARABÁ. **Diagnóstico preliminar sócio, cultural e agroambiental do Projeto de Assentamento 26 de Março e da área do Campus Rural de Marabá**. Marabá: Campus Rural de Marabá/IFPA, 2012.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública a agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-82, 1997.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis; ALVARENGA, André Costa. Informando política pública. Uma revisão sobre PRONAF e qualidade de vida. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 110-132.

CASTRO, Allison Reinaldo da Costa; WATRIN, Orlando dos Santos. Análise espacial de áreas com restrição de uso do solo em projeto de assentamento no sudeste paraense. **Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria**, v.17, n. 2, p. 157-166, 2013.

EMATER. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento 26 de Março**. Marabá: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2013.

FAPESPA. **Boletim agropecuário do Pará 2017**. Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, Belém, 2017. 92p.

FAVARETO, Arilson. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o Governo Temer e além. **Raízes**, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 7-26, 2017.

GAMA, Andreza Angélica Frota. **Desmatamento no Assentamento 26 de Março em Marabá**: em busca de alternativas agroecológicas aliadas à educação ambiental. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESP**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: MDA, 2017. p. 290-311.

GRISA, Cátia. SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil: Trayectoria, análisis y desafíos. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (org.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe**: balance, desafíos y perspectivas. Santiago de Chile, Ed. CEPAL, CIRAD – IICA, 2014. p. 75-100.

IBGE. **Bases cartográficas**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 08 jan. 2015.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INCRA. **Acervo fundiário**. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 15 fev. 2017.

LAMARCHE, Hugues (org.) **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MATTEI, Lauro. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. **Política e Sociedade, Florianópolis**, v. 15, p. 234-260, 2016.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

OLIVEIRA, Dvandro Pereira. **Mudanças nos parâmetros técnicos dos projetos de crédito rural: o caso dos projetos de assentamento no Sudeste do Pará**. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 263-289.

SARANDÓN, Santiago J.; FLORES, Claudia C. La agroecología: el enfoque necesario para una agricultura sustentable. In: SARANDÓN, Santiago J.; FLORES, Claudia C. (org.). **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014. p. 42-69.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, Dossiê Pronaf 25 anos: histórico, transformações e tendência, vol. 30, n. 51, p. 12-41, jan./abr. 2021.

SILVA, Márcia Ap. de Paiva; GOMES, Marília Fernandes Maciel; SANTOS, Maurinho Luiz dos. Análise da eficiência tecnológica dos agricultores familiares e sua comparação com a distribuição dos recursos do PRONAF. **Informe Gepec**, Toledo (PR), v. 12, n. 1, p. 01-19, 2008.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira; ZONIN, Valdecir José. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, Dossiê Pronaf 25 anos: histórico, transformações e tendência, vol. 30, n. 51, p. 141-162, jan./abr. 2021.